

ENTREVISTA

Luiz Paulo Vellozo Lucas

“Petróleo é o maior erro de estratégia do Brasil”



O livro “Petróleo – Reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro” traz a análise de 21 especialistas que apontam que o novo marco regulatório vai gerar anos de atraso e muitas perdas para o país

▲ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

O novo marco regulatório do petróleo, que criou o sistema de partilha e acabou gerando toda essa briga dos Estados e municípios em torno dos royalties, é um grande erro de estratégia econômica do país e representará anos de atraso e perdas enormes para o Brasil. Essas são algumas das conclusões a que chegam 21 especialistas que escreveram artigos para o livro “Petróleo – Reforma e contrarreforma do setor petrolífero brasileiro”, organizado por Luiz Paulo Vellozo Lucas e Fabio Giambiagi, que também participam como autores. O livro será lançado amanhã, em São Paulo e dia 4 no Rio de Janeiro. Nesta entrevista, Luiz Paulo fala sobre os motivos que levaram ao lançamento do livro e os temas desenvolvidos.

O livro aborda a mudança no marco regulatório do petróleo e os autores consideram que essa decisão tomada pelo governo Lula foi totalmente equivocada. Por que?

É isso mesmo. E são pessoas que vivem e viveram no setor de petróleo nos últimos 30 anos. Talvez o único que não tenha essa vivência seja o Amauri de Souza, que faleceu logo depois de terminar o artigo dele. O capítulo dele é a reforma do setor do petróleo inseridas em 1997 dentro do conjunto, empreendidas no governo Fernando Henrique. Outro autor, Wagner Freire, foi diretor de exploração e produção da Petrobras por mais de 10 anos e foi também o primeiro presidente da Petrobras Américas. Escrevem também Davi Zylbersztjn, além de Adriano Pires, que é

um dos maiores especialistas em energia do Brasil.

Alguns autores consideram que o novo marco regulatório, que o senhor chama de contrarreforma, foi uma derrota sem precedentes, em termos de economia energética.

Essa questão é abordada com mais ênfase no capítulo que escrevi, que se chama “a derrota de um modelo de sucesso”. Essa derrota começou a ser desenhada quando foi anunciada a descoberta do campo de Tupi, no litoral de Santos, em 2007, localizado na camada do pré-sal. Esse capítulo é a âncora do livro e é mostrado como o maior erro de estratégia da economia brasileira contemporânea. Eu já escrevi em outros artigos e continuo defendendo que situação semelhante ocorreu somente com a reserva de mercado da informática, feita no último ano do regime militar. Aliás, na semana passada, os jornais anunciaram que o empresário Eike Batista vai receber financiamento do BNDES para montar uma fábrica de para produzir semicondutores.

Mas o país está tentando recuperar o tempo perdido nesse segmento, não?

Se der certo este tipo de investimento, a reserva de mercado terá atrasado o Brasil apenas em 30 anos. Eu tenho muita dúvida, porque a indústria de comércio eletrônico no Brasil é uma balbúrdia. Tem Zona Franca de Manaus, que ficou com a área de equipamentos eletrônicos para entretenimento. Já informática e telecomunicação estão espalhadas em outras regiões. É uma selva de regras e

“

“Sem realizar leilão de novos blocos há três anos, o país está assistindo à saída de grandes empresas do setor que não conseguem compreender estas mudanças na legislação e preferem investir em outros países”

eu duvido muito que haja escala para uma integração. Não tem nenhum fato novo que mostre que vai haver uma integração agora. Essa iniciativa de agora é como se fosse uma retomada, mas nós perdemos esse bonde há 30 anos. Na década de 70, o Brasil foi o terceiro país a produzir computadores e 20 anos antes disso já tinha curso de Engenharia Eletrônica no país. Mas, o que os governantes fizeram? Fecharam o mercado para os produtos de informática e a indústria nacional não pode se desenvolver por 30 anos. Foi o primeiro grande erro de estratégia econômica do país nos tempos modernos.

E ele está fazendo o mesmo na área de petróleo agora.

Em termos de prejuízo para a economia brasileira, em termos de capacidade produtiva, geração de emprego, competência tecnológica, exportação, progresso e geração de riqueza, o prejuízo é muito maior. A contrarreforma do petróleo é o maior erro estratégico do Brasil.

Não há como recuperar?

A riqueza que você deixou de gerar em 2008, 2009, 2010 não pode ser recuperada. Você pode consertar e rever a estratégia e ser capaz de produzir riqueza dentro de uma estratégia corrigida daqui para frente. Mas, o que você perdeu no passado, você perdeu, não tem como voltar atrás.

A saída de algumas das grandes petrolíferas do Brasil, como Anadarko e Exxon tem a ver com essa estratégia?

Claro. E o prejuízo de empresas como a

A110.546-2



ARGUMENTOS

Queda

O país já teve mais de 300 mil km² de área em fase de prospecção e hoje tem um terço disso. O Brasil só conhece cerca de um terço de sua bacia sedimentar.

Pré-sal

Além disso, custa muito caro fazer um furo na área do pré-sal. São necessários pelo menos US\$ 200 milhões para furar um poço.

Lá fora

Para se ter uma ideia, todo ano os Estados Unidos furam mais poços do que o Brasil já furou em toda a sua história. E esses investimentos são muito caros, de maturação longa. É preciso ter leilão de novas áreas todo ano porque as empresas precisam investir e isso está praticamente interrompido porque não há leilão de áreas novas desde 2009.

do Eike Batista é por causa disso, do modelo equivocados que a reforma propiciou. É bom lembrar que a reforma feita em 1997 não fez uma ruptura. Ela pegou tudo que foi feito no período do monopólio do governo, leia-se Petrobras, e avançou e se alavancou em torno dessa questão. Os adversários diziam que o governo queria privatizar a Petrobras, mas o que aconteceu foi o contrário: o setor se desenvolveu e a Petrobras cresceu 15 vezes o que valia, se internacionalizou, passou a dar lucro e os funcionários passaram a ter participação acionária.

A mudança da concessão para partilha foi diferente.

Os projetos, que chamamos no livro de contrarreforma, desmontam um modelo de sucesso. Como é que a gente mede uma estratégia na economia industrial? Primeiro, pela produção; segundo, pelo investimento; terceiro pelo faturamento; quarto pela geração de emprego; e quinto pela geração de receitas governamentais. O tamanho da receita governamental (royalties e impostos) gerado pelo petróleo é enorme. A receita de royalties em 1997 era de R\$ 200 milhões por ano. Agora chega a R\$ 20 bilhões por ano. E com as descobertas do pré-sal, as discussões viraram uma briga federativa, envolvendo não só os projetos futuros, mas também os contratos já em vigor. E o nível da atividade de exploração está baixíssimo. Nós já chegamos a ter mais de 300 mil km² de área em fase de prospecção e hoje tem um terço disso e o Brasil só conhece cerca de um terço de sua bacia sedimentar. Além

NA ESTANTE

**Lançamento**

O livro, escrito por 21 especialistas, organizado por Luiz Paulo Vellozo Lucas e Fabio Giambiagi, será lançado amanhã, às 18h30, em São Paulo, na Livraria Cultura e no dia 4 de dezembro no Rio de Janeiro, na Livraria da Travessa, a partir das 19h.

disto, custa muito caro fazer um furo na área do pré-sal. São necessários pelo menos US\$ 200 milhões para furar um poço. Para se ter uma ideia, todo ano os Estados Unidos furam mais poços do que o Brasil já furou em toda a sua história. E esses investimentos são muito caros, de maturação longa. É preciso ter

leilão de novas áreas todo ano porque as empresas precisam investir em tecnologia, manter as equipes treinadas, fazendo pesquisas, investimentos de longa duração e isso está praticamente interrompido porque não há leilão de áreas novas desde 2009.

A questão dos royalties está impedindo ou dificultando mais ainda para as empresas?

O que está impedindo a realização dos leilões não é a questão dos royalties ou a discussão federativa. O problema é o novo marco regulatório, a contrarreforma. Não existia conflito antes de se mexer no modelo de concessão. Quando se fez isso, os Estados não produtores foram instigados a reivindicar parte destas receitas.

O que os autores estão falando no livro sobre as perspectivas para o setor?

Tem um capítulo de conclusão que fala do futuro. Os autores defendem, todos, a retomada de um modelo concorrencial regulado. Ninguém acredita ser possível recuperar o dinamismo do setor de petróleo e gás de outra maneira. A contrarreforma quebrou o setor e destruiu as perspectivas de investimento e está destruindo as empresas, sendo a principal delas a Petrobras. E é estarrecedor que a mesma situação esteja acontecendo no setor elétrico com a Eletrobras. É uma perspectiva sombria para a economia brasileira.

Parece um movimento organizado?

Quando a gente identifica um erro, o importante é não emocionalizar a ques-

tão. O nosso livro mostra com fatos e evidências um erro estratégico. Na verdade, nós temos três modelos do setor petróleo no Brasil: um que veio da criação da Petrobras, no início da década de 50 até 1997; que tem inúmeros méritos. Em 1997, veio a reforma, que foi uma estratégia extraordinária de abrir o setor ao investimento privado; de manter o monopólio do setor com a União e de internacionalizar a companhia e passado para a Agência Nacional do Petróleo (ANP) o monopólio, e operar no mundo inteiro. Chegou-se a ter 70 empresas operando aqui. O novo modelo permitiu a criação de muitas outras empresas no país. O setor de petróleo representa quase 50% do investimento feito no país hoje, cerca de 48% da formação do capital fixo.

E o investimento no pré-sal vai ficar prejudicado?

Já está prejudicado. Não tem este negócio de atrasar ou não. A questão dos royalties é uma questão "kafkiana". Os Estados e os municípios do Brasil estão em estado de guerra como nunca estiveram por causa de uma receita de R\$ 20 bilhões por ano. O bolo tributário brasileiro é de R\$ 1,4 trilhão, então, me diga qual é a lógica por esta guerra por R\$ 20 bilhões. Esta guerra mostra a incapacidade do governo de liderar uma briga generalizada como esta. A contribuição deste livro é chamar para uma discussão: o que aconteceu com a economia do setor de petróleo e gás, que é o setor mais importante da economia e responsável por quase 50% do investimento feito no país.

COMÉRCIO EXTERIOR

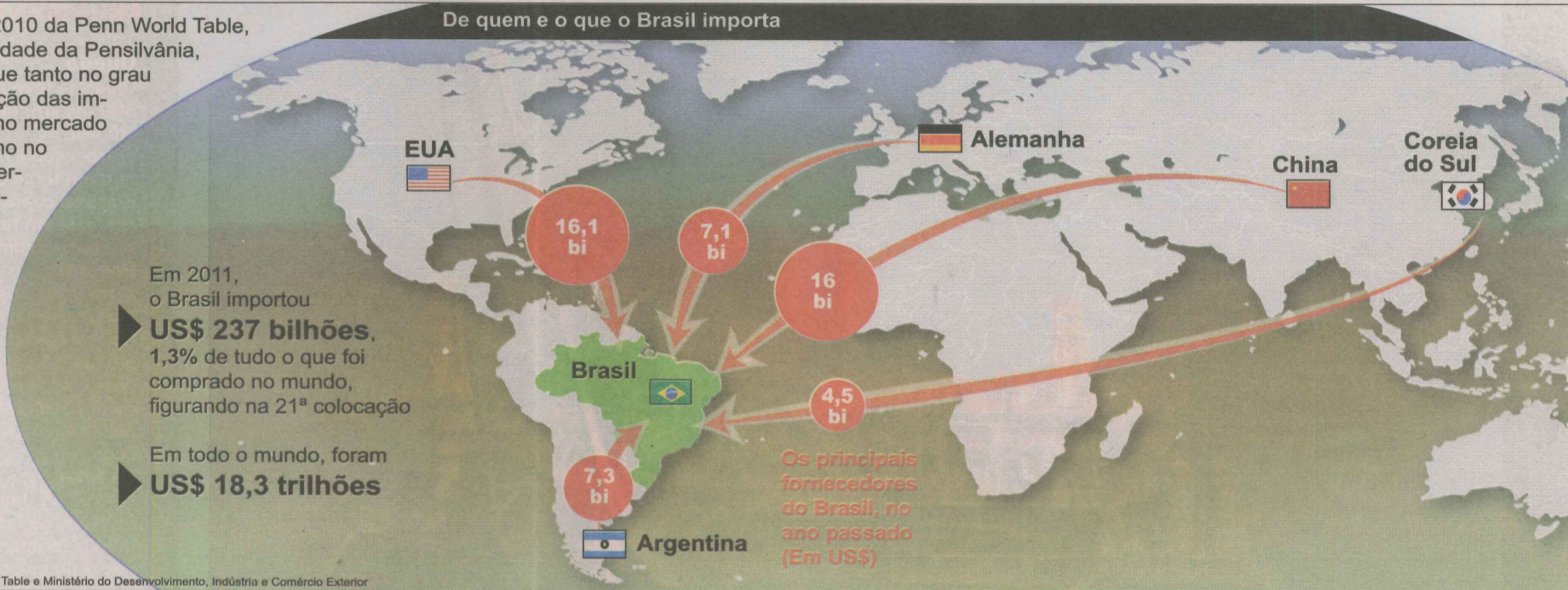
BRASIL, O PAÍS MAIS FECHADO DO MUNDO

Dados de 2010 da Penn World Table, da Universidade da Pensilvânia, mostram que tanto no grau de penetração das importações no mercado interno como no grau de abertura da economia ao mercado internacional, o Brasil está na última colocação mundial

Em 2011, o Brasil importou **US\$ 237 bilhões**, 1,3% de tudo o que foi comprado no mundo, figurando na 21ª colocação

Em todo o mundo, foram **US\$ 18,3 trilhões**

De quem e o que o Brasil importa



Fontes: Penn World Table e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

BRASIL FECHADO

O MITO DA INVASÃO

DOS IMPORTADOS

Especialistas dizem que fechar mais a economia prejudica a indústria e o consumidor, que tem menos opções e paga bem mais caro

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

No domingo passado, em entrevista para A GAZETA, Edmar Bacha, um dos mais respeitados economistas do país, chamou atenção para o fato de o Brasil continuar sendo um dos países, comercialmente falando, mais fechados do mundo. “O que mais se lê na imprensa especializada brasileira é sobre esse medo da China, da invasão dos importados. Parece que o Brasil está sendo inundado, mas olha as estatísticas”, afirmou Bacha.

Fomos atrás das estatísticas e elas confirmam o que Bacha disse — “somos o país que menos importa no mundo”. Dados de 2010 da Penn World Table, da Universidade da Pensilvânia, compilados pela economista Ana Paula Ves-covi, ex-presidente do Ins-

tituto Jones dos Santos Neves, mostram que entre 169 países levantados, o Brasil ocupa a 169ª colocação tanto na penetração das importações no mercado nacional quanto no grau de abertura da economia brasileira ao comércio internacional.

O grau de abertura brasileiro, em 2010, era de 23% do PIB. A penetração dos importados, no mesmo ano, atingia apenas 12% de todo o consumo nacional. “Significa que o Brasil é muito fechado ao comércio exterior. Pode até ser que as importações afetem alguns segmentos específicos, mas definitivamente não dá para dizer que nossa economia está sendo inundada por importados”, assinala Ana Paula.

Segundo ela, 85% da pauta de importação brasileira é de combustível e

“A alíquota média de importação do Brasil, de 12%, é uma das mais altas do mundo”

MARCELIO MACHADO
CONSELHO FINDES

insumos para a indústria. Bens de consumo são minoria na pauta. “Ou seja, fechar mais a economia prejudica a competitividade da própria indústria. Além disso, o consumidor é afetado, ficando com cada vez menos opções, com preços mais altos e menos qualidade”, enumera.

NA CONTRAMÃO

O grande problema é

que o governo federal parece estar inclinado a “proteger” ainda mais o mercado interno. Um terço das medidas de defesa comercial adotadas no mundo nos últimos seis meses foi criada pelo Brasil. Um informe produzido pela ONU, OCDE e OMC à pedido do G-20 concluiu que, das 77 medidas anti-dumping adotadas pelo mundo desde maio, 27 delas foram no Brasil. Dumping é a prática comercial que consiste em uma ou mais empresas de um país venderem seus produtos por preços extraordinariamente baixos para outro país visando prejudicar a concorrência local. Para o Planalto, “não se trata de protecionismo, mas de legítima defesa”.

Na avaliação de Marci-lio Machado, presidente do Conselho de Comércio

Exterior da Federação das Indústrias do Espírito Santo, é preciso traçar o caminho contrário. “Existem argumentos e pesquisas que comprovam que abertura comercial eleva a produtividade. Por outro lado, não existe nada que mostre que o protecionismo aumenta a produtividade, que é o que precisamos para nos tornarmos mais competitivos. Protecionismo pode fazer com que haja uma acomodação”.

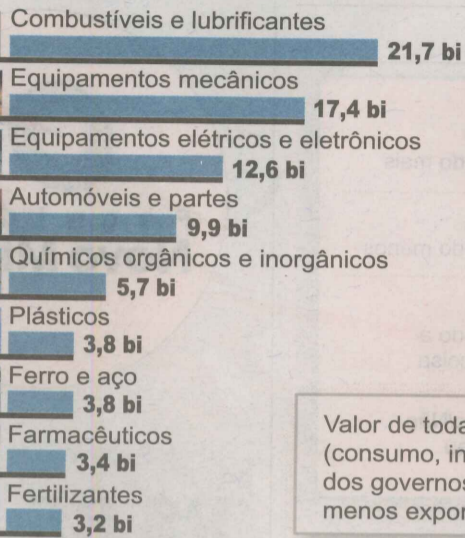
No Brasil, a alíquota média de importação é de 12%, uma das mais altas do mundo. Além disso, a infraestrutura logística e educacional não ajudam e há todo um emaranhado tributário — com PIS, Cofins, ICMS e IPI — e burocrático capenga para atrapalhar. “As janelas de oportunidades que se abrem devem ser explora-

das com rapidez. Enquanto as obras de infraestrutura e as reformas institucionais custam a acontecer, os investidores estrangeiros parecem não considerar mais a economia brasileira como a grande atração do mercado”, alerta Marcilio Machado.

Para Ana Paula, ao se fechar, o Brasil afasta-se do que ela considera ser a política ideal de crescimento. “Claro que não é só a manutenção de saldos comerciais elevados que nos trará um crescimento econômico de longo prazo, mas a política ideal para potencializar o crescimento de uma nação passa por permitir o crescimento sustentado da sua corrente de comércio. Tudo isso assentado na liberdade de preços relativos e na competitividade das firmas domésticas”, encerrou.

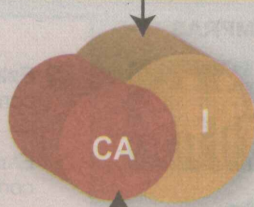
AJ10-546-4

Entre janeiro e junho deste ano, os produtos mais importados foram: (Em US\$)



Penetração das importações I/CA

É a razão de tudo o que é importado



com o chamado consumo aparente

Valor de toda a absorção doméstica (consumo, investimentos, gastos dos governos e importações, menos exportações) da economia

Grau de abertura (I+E)/PIB:

é a relação do comércio internacional (importações mais exportações) com o PIB

I= importações
E= exportações
CA= consumo aparente
PIB= Produto Interno Bruto

COLOCAÇÃO		Penetração das importações (%)	Grau de abertura (%)
1º	Hong Kong	217	440
2º	Singapura	182	392
3º	Luxemburgo	134	299
12º	Holanda	95	173
55º	Coreia do Sul	50	102
73º	Alemanha	41	88
98º	Chile	33	74
123º	Reino Unido	33	63
124º	México	32	62
126º	Canadá	31	61
130º	Itália	29	55
132º	África do Sul	28	55
133º	Espanha	28	55
135º	França	28	53
139º	Uruguai	25	51
140º	Rússia	21	50
142º	China	23	49
152º	Venezuela	17	46
156º	Austrália	20	41
157º	Argentina	18	40
164º	Estados Unidos	16	29
166º	Japão	14	29
169º	Brasil	12	23

A Gazeta - Ed. de Arte - Genildo



BERNARDO COUTINHO

A indústria mais protegida pelo governo é a automobilística, por isso se paga tanto pelos importados

ANÁLISE

Um fator de desenvolvimento

« São diversos os canais de transmissão do comércio para o crescimento econômico. Em primeiro lugar, os produtos importados complementam a oferta doméstica para bens de consumo e bens de produção, uma vez que nem todos os países possuem as dotações de recursos necessários à produção ou, ainda, não conseguem produzir de forma mais eficiente todos os bens que precisa consumir. Assim, a importação permite absorção de tecnologia e obtenção de matérias-primas produzidas de forma mais eficiente. Com a importação de matérias-primas a preços menores e/ou com qualidade superior à similar produzida no país, viabiliza-se a redução do custo de produção das empresas nacionais e o aumento da qualidade do produto final. Estudos indicaram que as firmas nacionais que utilizaram

insumos importados entre 1996-2000 apresentaram uma taxa de crescimento da produtividade de 50% superior às demais. Desta forma, a importação contribuiu para elevar a competitividade das firmas, inclusive das exportadoras. Ademais, a complementaridade das importações também atua de forma a contribuir para garantia da concorrência necessária para balizar os preços dos produtos produzidos internamente. Se maior volume, tanto de exportações quanto de importações, atuam na direção de ampliar o potencial de crescimento do país, quanto maior essa soma de importações e exportações, maior o fluxo de divisas transacionadas. E quanto maior esse fluxo, menores as oscilações da taxa de câmbio frente a choques pontuais.

ANA PAULA VESCOVI
ECONOMISTA

País eleva imposto de 100 importados

« Desde o início do mês passado, vigora um imposto de importação mais elevado para 100 produtos. O reajuste foi aprovado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) e pelo Mercosul em setembro. Na ocasião, foi autorizada uma lista com 200 itens, mas o governo brasileiro optou por usar

apenas metade da cota.

Entre os novos produtos da lista brasileira, estão batatas; óleos minerais brancos (vaselina ou parafina); chapas, folhas e tiras; tijolos sílico-alumínicos; tubos e perfis ocios, de ferro fundido; reatores para lâmpadas ou tubos de descarga; válvulas tipo

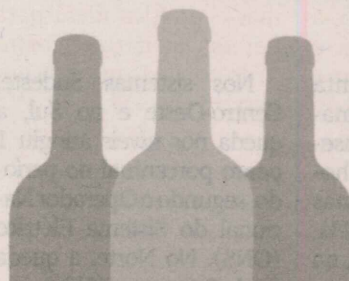
esfera e disjuntores.

A alíquota máxima permitida pela OMC é de 35% para produtos industrializados e de 55% para produtos agrícolas, mas o governo optou por elevar as cem alíquotas de, na média, 12% para no máximo 25%.

A expectativa é de que a Camex anuncie nos próxi-

mos meses as regras para sobretaxar os outros cem produtos importados. A lista de produtos a serem taxados somente deverá ser anunciada após esse período de avaliação.

O aumento de alíquota foi anunciado em agosto de 2011 e faz parte do Plano Brasil Maior.



A maior loja de vinhos da América Latina.

Seu vinho entregue em até 72 horas com segurança, comodidade e rapidez.

www.wine.com.br

